

GESTÃO DE COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS MUSEALIZADAS: DOS MÉTODOS DE CAMPO À DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA – REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS

Luciana Messeder Ballardo^a & Elizabete de Castro Mendonça^b

RESUMO

Considerando as reflexões sobre a gestão de coleções arqueológicas musealizadas desde as intervenções de campo até sua inserção na documentação museológica, busca-se compreender como pode ser iniciada durante as intervenções no sítio arqueológico, utilizando como parâmetros os métodos de escavação. Esta investigação, faz parte das ponderações iniciais da pesquisa de doutorado denominada *Gestão de coleções arqueológicas musealizadas: dos métodos de campo à documentação museológica*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e ao Museu de Astronomia e Ciências Afins (PPGMUS-UNIRIO/MAST) e se propõe a considerar de que maneiras o sistema de numeração da documentação museológica de coleções arqueológicas pode ser baseado nos códigos criados pelos pesquisadores arqueólogos, com o objetivo de indicar a localização dos artefatos recolhidos no sítio arqueológico, para tanto, executa-se a abordagem dialética de procedimentos empíricos com a finalidade de aplicação da análise qualitativa. Como resultado preambular, pressupõe-se que a utilização dos métodos de escavação como fonte de informação da documentação do patrimônio arqueológico no campo museológico pode colaborar com a sistematização de coleções arqueológicas, resultando em contribuições para a preservação do patrimônio arqueológico. Isso permite concluir que existe a necessidade de uma aproximação entre os campos da Arqueologia e da Museologia através de uma colaboração mais estreita entre os profissionais dessas áreas, compartilhando conhecimentos dos domínios teórico e metodológico.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio arqueológico; Documentação museológica; Métodos de campo.

RESUMEN

Considerando las reflexiones sobre la gestión de colecciones arqueológicas musealizadas desde las intervenciones de campo hasta su inserción en la documentación museológica, se busca comprender como puede darse inicio durante las intervenciones en el sitio arqueológico, utilizando como parámetros los métodos de excavación. Esta investigación forma parte de las consideraciones iniciales de la investigación de doctorado denominada *Gestión de colecciones arqueológicas musealizadas: de los métodos de campo a la documentación museológica*, vinculada al Programa de Postgrado en Museología y Patrimonio de la Universidad Federal del Estado de Río de Janeiro y al Museo (PPGMUS-UNIRIO / MAST) y tiene como propósito considerar de qué maneras el sistema de numeración de la documentación museológica de colecciones arqueológicas puede ser basado en los códigos creados por los arqueólogos, con el objetivo de indicar la localización de los artefactos recogidos en el sitio arqueológico, para ello, se ejecuta el abordaje dialéctico de procedimientos empíricos con el objetivo de aplicar análisis cualitativo. Como resultado preliminar, se asume que la utilización de los métodos

^a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins/Universidade Federal da Bahia, Brasil. lmb@ufba.br

^b Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, Brasil. elizabete.mendonca@unirio.br

de excavación como fuente de información de la documentación del patrimonio arqueológico en el campo museológico puede colaborar con la sistematización de colecciones arqueológicas, resultando en contribuciones para la preservación del patrimonio arqueológico. Esto permite concluir que existe la necesidad de una aproximación entre los campos de la Arqueología y la Museología a través de una colaboración más estrecha entre los profesionales de esas áreas, compartiendo conocimientos de los dominios teórico y metodológico.

PALABRAS CLAVE: Patrimonio Arqueológico; Documentación museológica; Métodos de campo.

ABSTRACT

Considering the reflections on collections archeological museological management from the field interventions to their insertion in the museological documentation, it tried to understand how it can be initiated during the interventions in the archaeological site, using as parameters the methods of excavation. This research is part of the initial reflections of the doctoral research called Museum archaeological collections management: from field methods to museological documentation, linked to the Graduate Program in Museology and Heritage of the Federal University of the State of Rio de Janeiro and to the Museum (PPGMUS-UNIRIO / MAST) and proposes to consider in which ways the numbering system of the museum documentation of archaeological collections can be based on the codes created by archaeological researchers, in order to indicate the location of the artifacts collected in the archaeological site, for this, the dialectical approach of empirical procedures is executed for the purpose of applying the qualitative analysis. As a preambular result, it is assumed that the use of excavation methods as a source of information on the documentation of archaeological heritage in the museological field can contribute to the systematization of archaeological collections, resulting in contributions for the preservation of archaeological patrimony. This allows us to conclude that there is a need for an approximation between the fields of Archeology and Museology through a closer collaboration among professionals in these areas, sharing knowledge in the theoretical and methodological fields.

KEYWORDS: Archaeological heritage; Museological documentation; Field methods.

Manuscrito final recibido el día 1 de febrero de 2019. Aceptado para su publicación el día 30 de mayo de 2019.

INTRODUÇÃO

Neste recorte introdutório da pesquisa, busca-se compreender como iniciar a gestão de coleções¹ arqueológicas musealizadas, durante as intervenções no sítio arqueológico, utilizando como parâmetros os métodos de escavação. A princípio, supõe-se que a interferência dos métodos de campo nas convenções numéricas criadas para a catalogação arqueológica pode auxiliar na gestão

do patrimônio arqueológico por subsidiar o sistema de numeração da documentação museológica².

A apresentação do trabalho traz inicialmente, de modo geral, reflexões sobre os métodos de intervenção e, especificamente, a definição e os objetivos da escavação arqueológica. A seguir, trata sobre os tipos de métodos de pesquisa de

¹ Segundo Ladkin (2004:17), esse é o “termo aplicado aos vários métodos legais, éticos, técnicos e práticos pelos quais as coleções do museu são formadas, organizadas, recolhidas, interpretadas e preservadas”.

² Até o limiar do século XX, ainda se considerava a documentação museológica como uma forma de administração interna do museu direcionada para o objeto (Camargo-Moro 1986), no entanto, atualmente, a documentação museológica é um dos procedimentos, assim como a conservação e a pesquisa, que constitui a gestão de coleções (Padilha 2014).

campo e, então, apresenta, a partir de um estudo de caso, considerações sobre a introdução da gestão de coleções musealizadas, durante o trabalho de campo, gestão esta que subsidiará posteriormente a documentação museológica³.

Em se tratando de documentação do patrimônio arqueológico no âmbito da Museologia, até o final do século passado enfatizou-se o acervo material⁴, resultado das pesquisas e coletas de campo, em detrimento das informações referentes ao contexto onde o material estava inserido. Contudo, a tendência atual⁵ tem demonstrado que o estudo de acervos arqueológicos não pode ser focalizado no âmbito material, coletando apenas dados sobre os objetos; cabe também considerar os registros efetuados no sítio arqueológico como fonte importante de informação⁶.

Para estabelecer um sistema de documentação pautado na gestão do patrimônio, distintos fatores relacionados ao patrimônio arqueológico devem ser considerados, desde a recuperação de artefatos até a coleta de outros vestígios materiais que dizem respeito aos aspectos químicos, geológicos e contextuais, perpassando por interferências da paisagem e culturais que tornam cada sítio arqueológico único. Nessa perspectiva, como inserir os métodos de escavação na documentação museológica do patrimônio arqueológico?

A investigação envolveu o conhecimento produzido na área de metodologia arqueológica, mais especificamente o relacionado à recuperação de vestígios, no âmbito dos trabalhos de pesquisa

arqueológica de campo, ponderando sobre a inclusão dos métodos de escavação como fonte de informação no registro documental do patrimônio arqueológico⁷ dentro do campo museológico.

A abordagem empregada teve como ponto de partida a análise dos trabalhos teóricos sobre métodos de investigação de campo, relacionando-os ao patrimônio arqueológico. As reflexões se debruçaram sobre investigações práticas em sítios arqueológicos da região oeste do Rio Grande do Sul realizadas por pesquisadores associados ao Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA/UFSM) e tratadas pelo setor de Museologia dessa instituição em um período correspondente a quatro anos, iniciados em 2012.

ESCAVAR PARA QUÊ?

A investigação desenvolvida em um sítio arqueológico envolve diferentes elementos que dizem respeito não apenas a aspectos endógenos ao espaço (geográficos, químicos, físicos, geológicos, contextuais), mas também, principalmente, aos relativos à própria pesquisa, como os objetivos e a viabilidade (definida pelos recursos e pelo tempo disponíveis), que devem ser considerados não individualmente, e sim em conjunto, ponderando sobre os efeitos causados por suas interações.

Em vista disso, antes de iniciar as reflexões sobre esta indagação, é interessante destacar que, embora todos os achados arqueológicos sejam relevantes, sua importância aumenta consideravelmente quando são associados ao seu contexto. É por isso que o interesse da pesquisa do patrimônio

³ Há uma vasta cama de pesquisadores que tem tratado do tema da musealização do patrimônio arqueológico em âmbito nacional, assim como instituições que estão tratando das questões relacionadas a documentação no campo museológico dedicada ao patrimônio arqueológico. Referências a ambos, podem ser consultadas em Ballardo (2013) e Ballardo e Milder (2011, 2016).

⁴ Trabalhos desenvolvidos por Raposo et al. (2000) e Bottallo (1996, 1998) comprovam essa afirmação.

⁵ Essas novas abordagens podem ser analisadas nas pesquisas de Leal (2011), Ramos (2010), Costa (2007) e Ballardo (2013), conforme apresentado nas referências.

⁶ Essas tendências no campo da Arqueologia são apontadas por Montalvão e Gonçalves (2016) e Pardi (2002).

⁷ A Carta de Lausanne define patrimônio arqueológico como “a parte do nosso patrimônio material para a qual os métodos da Arqueologia fornecem os conhecimentos de base. Engloba todos os vestígios da existência humana e diz respeito aos locais onde foram exercidas quaisquer atividades humanas, às estruturas e aos vestígios abandonados de todos os tipos, à superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como aos materiais que lhes estejam associados” (Icomos 2009). No entanto, é importante considerar, de acordo com Funari (2006:15), que “[...] a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas [...]”, da qual os estudos arqueológicos se ocupam, é “[...] parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico”.

arqueológico está amplamente relacionado com a compreensão do “contexto de um achado, seja artefato, ecofato ou recurso” (Renfrew e Bahn 2015:42).⁸

Há distintos tipos de procedimentos dentro do trabalho de campo, inclusive o de escavação, capazes de lograr dados científicos. Sendo assim, a escavação nem sempre é necessária e, por esse motivo, os responsáveis pela pesquisa precisam estabelecer, a partir de outras estratégias, como por exemplo as prospecções⁹, se ela é uma atividade indispensável para atingir os objetivos da investigação.

Uma vez que as prospecções determinem a presença de vestígios e a viabilidade na implementação de escavações no sítio arqueológico, é necessário ter a clareza de que a força motriz por trás dessa atividade atualmente não é a mera recolha de artefatos, visto que sua retirada do contexto, sem os registros adequados, não serviria com efeito de pesquisa científica, mesmo que o objeto conseguisse ser removido intacto e estivesse exposto ao público em excelente estado de conservação.

Além disso, é impossível retirar todos os artefatos de um sítio. Mesmo que isso fosse praticável, inviabilizaria a conservação do material, considerando as condições atuais, não apenas em âmbito nacional, dos espaços de salvaguarda.¹⁰ Por outro lado, é pertinente que o pesquisador analise

com prudência a decisão de recolher um vaso cerâmico, por exemplo, em detrimento de outro, que não pode ser revista. O arqueólogo não poderá retornar ao local e escavá-lo novamente se depois, durante as análises em um laboratório, perceber que o outro objeto seria pertinente para realizar suas interpretações, diferentemente daqueles que realizam uma pesquisa bibliográfica, por exemplo, que podem decidir retornar a uma fonte para coletar dados que anteriormente pareciam não ser pertinentes à sua investigação.

Contudo, se o que motiva a escavação não é, pura e simplesmente, a busca por objetos enterrados, então o que é uma escavação? Qual o seu objetivo? De acordo com Lloret (2001), a escavação arqueológica pode ser compreendida como um procedimento que desloca de maneira organizada os sedimentos arqueológicos estratificados com o objetivo de recuperação de vestígios. Seu propósito está em “[...] identificar, definir, descobrir, datar e –compreendendo processos de transformação– interpretar cada contexto arqueológico em um sítio” (Drewett 1999:107, tradução nossa)¹¹.

A essa altura, é apropriado admitir que a escavação nem sempre é necessária; estruturas arquitetônicas como a grande Muralha da China são exemplos disso. No entanto, muitos contextos jamais seriam, literalmente, descobertos se não fossem realizados esses tipos específicos de intervenções arqueológicas, por estarem soterrados há alguns metros de profundidade.

Seja qual for o método arqueológico eleito, é necessário ter em mente que a escavação é um procedimento que visa preservar o patrimônio mas, ao mesmo tempo, é destrutivo. Primeiramente porque, mesmo sem remover os artefatos, efetivamente transforma o espaço, realizando deslocamentos físicos, químicos e de outras ordens que jamais poderão ser revertidos. Em segundo lugar porque, ao buscar respostas específicas para as questões de uma investigação, também cerceia as fontes, tornando impraticável acessá-las novamente.

⁸ A interdisciplinaridade está no âmago do debate sobre as possibilidades de documentação relacionadas ao patrimônio arqueológico. Atualmente, compreende-se que a inclusão de outros atores, não-arqueólogos, na gestão das coleções é pertinente e necessária, compreendendo que a documentação é um modo de preservação do patrimônio arqueológico. Em vista disso, a continuação da pesquisa, que está em fase de análise de novos dados, pretende contemplar outros agentes e essa discussão seguramente será ampliada. No entanto, para este artigo, como trabalho germinal, focalizou no trabalho realizado dentro do LEPA/UFSM, não como uma receita pronta, mas como um estudo de caso que se centrou na interlocução entre Arqueologia e Museologia nesse espaço, a inexistência de outros atores naquele então, justifica a ausência deles nesse texto.

⁹ A prospecção arqueológica pode ser definida como a identificação não destrutiva de artefatos e vestígios em sítios arqueológicos (Batayneh 2011).

¹⁰ Para mais informações sobre o assunto, consultar Ballardo e Mendonça (2018).

¹¹ Original: “[...] identify, define, uncover, date, and by understanding transformation processes - interpret each archaeological context on a site”.

Métodos de escavação: processos diferentes para objetivos distintos

No decorrer do desenvolvimento da Arqueologia de campo, dois métodos foram elaborados e se tornaram conhecidos: a escavação arbitrária e a estratigráfica. Na primeira, os sedimentos são retirados de qualquer jeito possível ou definindo-se previamente a profundidade das camadas escavadas; o segundo procedimento pressupõe os estratos arqueológicos como vestígios que devem ser removidos considerando “sua forma e contorno individual” e, assim sendo, a orientação do processo de retirada dos extratos é inversa à ordem em que foram depositados (Harris 1989).

Considerando as estratégias apresentadas, no que concerne ao método arbitrário é amplamente conhecida a perfuração aleatória, posteriormente ampliada para outro mecanismo reconhecido como trincheiras, que tem o objetivo de remover maior quantidade de sedimentos, escavando extensões maiores em formato retangular ou quadrado, posicionada contingentemente dentro do sítio arqueológico (Roskams 2001).

A preocupação com a identificação da distribuição horizontal dos vestígios arqueológicos resultou na estratégia desenvolvida por Wheeler, um sistema de quadriculamento separado por bordas de aproximadamente 50 cm em cada lateral, artifício que se tornou um obstáculo para a visibilidade dos níveis estratigráficos. Além disso, a profundidade das camadas a serem cavadas ainda é preestabelecida e, portanto, não acompanha os estratos (Wheeler 1981).

Uma solução encontrada para a visibilidade e identificação dos vestígios arqueológicos horizontalmente é o uso da estratégia *open-area*, que consiste em trabalhar com uma grande extensão do sítio arqueológico em vez de recorrer ao desmembramento em segmentos (Lloret 2001). A aplicação dessa estratégia a partir do método estratigráfico facilita que se considerem os estratos como fontes de pesquisa tão importantes quanto os objetos neles encontrados. Independentemente da estratégia adotada, o método arbitrário, mesmo quando a escavação é controlada (níveis predefinidos), é direcionado para a recuperação de artefatos, se possível, intactos, prezando pelo

estado de conservação dos objetos (Harris 1989).

Contudo, a escolha do método arbitrário pode estar relacionada a dificuldade em distinguir as camadas, em virtude da semelhança de cor e textura, ou ainda, em muitos casos, por causa da necessidade de maior agilidade na finalização de um trabalho. De qualquer forma, mesmo quando são utilizados desenhos estratigráficos na tentativa de relacionar a estratigrafia natural e a artificial é preciso estar atento ao fato de que nem sempre a deposição ocorre horizontalmente e, por isso, perdas irreversíveis de informação podem ocorrer se um corte artificial corresponder a mais de uma camada estratigráfica (Balme e Paterson 2006).

Talvez mais relevante ainda, seja a consciência de que os objetos retirados de um sítio arqueológico são apenas uma ínfima parte do patrimônio arqueológico, considerando que todo o contexto em que esses artefatos estão inseridos está repleto de elementos físicos, químicos, geológicos, geográficos que podem ser analisados e interpretados pelas pesquisas arqueológicas. O patrimônio arqueológico abrange também o próprio sítio, as conexões entre os vestígios presentes nesse contexto, os vínculos estabelecidos com aqueles que o produziram, bem como as formas de organização e ocupação sociais e culturais daqueles que já habitaram esse espaço.

Um artefato arqueológico desvinculado das informações do seu contexto tem pouco ou nenhum valor para a pesquisa arqueológica, pois que a maior parte do trabalho investigativo arqueológico é posterior à pesquisa de campo e acontece dentro de um laboratório, a partir das análises dos dados coletados e das interpretações das informações deles extraídas (Drewett 1999).

Conforme destacado anteriormente, o objetivo da pesquisa não é o único fator que determina a eleição dos métodos e estratégias de escavação. Também são determinantes os recursos financeiros, o tempo e pessoal disponível ou, ainda, questionamentos como: o que acontecerá com o sítio arqueológico ao término dos trabalhos de campo? Tornar-se-á um patrimônio musealizado *in situ*? Será recoberto novamente, com a possibilidade de voltar a ser analisado futuramente? Será destruído ou soterrado por alguma obra pública ou privada?

Essas questões podem ser analisadas a partir da aderência e ressonância (Borges e Campos 2012) ao patrimônio arqueológico (não apenas histórico e cultural) por parte da população local, as quais reforçam a determinação de manter a maior parte dos rastros evidenciais, incluindo amostras de solo e ecofatos. É preferível, para esse fim, o emprego do método estratigráfico, no intuito, por exemplo, de priorizar a musealização *in situ*, com posterior aproveitamento museológico e turístico da comunidade.

Em outro sentido, a ausência de ressonância ou de aderência pela comunidade local ou por uma grande parte dela pode resultar na recolha e no traslado dos artefatos para outros espaços cujo enfoque maior seja o salvamento de vestígios para depósito em instituições de salvaguarda (como ocorre principalmente com os trabalhos realizados em Arqueologia Preventiva¹²). O método arbitrário pode atender a essa prerrogativa.

A Recomendação de Paris de 1968 destaca a importância de “garantir a conservação *in situ* dos bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas”, mas assente em caso de “imperiosa necessidade econômica ou social” que o patrimônio sofra transferência espacial e até mesmo completa aniquilação, desde que as atividades relacionadas aos salvamentos incluam “um estudo minucioso desses bens e o registro completo dos dados de interesse.” (UNESCO 1968). Essa recomendação é perfeitamente compreensível partindo da análise do contexto de quando, entre os anos de 1963 e

1968, o templo de Abu Simbel, no Egito, foi trasladado para evitar sua completa inundação com a construção da represa de Aswan (Leal 2016).

Em caso de “imperiosa necessidade econômica” que determine a realização de uma obra pública ou privada, estão disponíveis os recursos e o tempo para realizar um “estudo minucioso” do patrimônio arqueológico para posterior disseminação da pesquisa antes da sua total destruição ou será mister a recuperação de artefatos arqueológicos que podem desaparecer para sempre? A resposta a essa pergunta seguramente terá efeito na eleição do método de escavação empregado.

A partir da análise dos métodos de escavação utilizados no trabalho de campo arqueológico, nota-se que os processos de documentação museológica devem ser coerentes com os objetivos da pesquisa científica e que os parâmetros para a elaboração do sistema de identificação e controle do patrimônio arqueológico podem basear-se nos métodos de intervenção arqueológica.

A fonte de pesquisa do(a) arqueólogo(a), o sítio, não é um resíduo incólume de ocupações anteriores, mas o resultado de um conjunto de processos sucessivos que “ocorrem durante a vida do local, depois no ponto de abandono e continua como processos contínuos naturais e culturais”¹³ (Drewett 1999:30).

A Museologia e a Arqueologia tratam de sistemas complexos, com grande quantidade de variáveis, que não possuem comportamentos constantes em seus respectivos contextos. Como já dito, há distintos elementos que influenciam a escolha do método de escavação. Muitos deles são previamente conhecidos, como os recursos e o tempo. Outros fatores, como a quantidade de camadas estratigráficas, os tipos de solo e os demais vestígios presentes, por sua vez, não podem ser previstos.

¹² Também conhecida como Arqueologia de Contrato, ou ainda Arqueologia de Salvamento, é definida “como o conjunto de atividades” com o objetivo de impedir ou reduzir os prejuízos “das obras públicas ou privadas no patrimônio arqueológico” (Díaz e Fernández 2013). Segundo Caldarelli e Cândido (2017:190), “procedimentos preventivos, no que concerne à Arqueologia, foram objeto de cartas e documentos similares de proteção internacional ao patrimônio arqueológico, aprovadas e divulgadas entre e pelas nações signatárias desses documentos, destacando-se as abaixo referidas:

- Carta Internacional sobre a Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico, Lausanne, ICAHM/ICOMOS/UNESCO, 1990;
- Convenção Europeia para a Proteção do Patrimônio Arqueológico, União Europeia, Valetta, 1992”.

¹³ “These take place during the life of the site, then at the point of abandonment, and continue as ongoing processes both natural and cultural”.

OS MÉTODOS DE ESCAVAÇÃO COMO PARÂMETROS PARA A CRIAÇÃO DO SISTEMA DE NUMERAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: REFLEXÕES INICIAIS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO LEPA/UFSM

A documentação no âmbito da Museologia, incorporada no universo da gestão de coleções, pode ser encarada como o grupo de informações escritas e visuais sobre os objetos, mas também pode ser compreendida como sistema de indexação de informação que torna o objeto concomitantemente fonte de pesquisa científica e meio de extroversão do conhecimento (Ferrez 1994).

Avançar as reflexões da gestão de coleções para as coleções arqueológicas balizadas na documentação museológica possibilita considerar um universo muito mais abrangente de socialização da informação. Isso quando se considera patrimônio como os bens e as significações, de origem antrópica ou natural, materializados ou não, não restritos a um espaço-tempo, transferidos ou agrupados e preservados para difusão de geração a geração (Desvallées e Mairesse 2013).

Nesse sentido, no estudo da Arqueologia um ponto inicial para compreender esses contextos é a localização dos artefatos no sítio. Isso se evidencia quando o pesquisador cria um sistema de numeração que se relaciona com a área onde um objeto, fragmento ou conjunto de fragmentos foi coletado, que não apenas possibilita a catalogação de todo o material, mas também facilita os estudos interpretativos realizados durante a análise em laboratório.

No estudo da documentação museológica não é diferente. A criação de um sistema de numeração e o registro de cada objeto são procedimentos essenciais para o “tratamento da informação”, pois a partir do número de registro do objeto é possível acessar todas as suas informações documentais. Assim como a Arqueologia, a Museologia possui parâmetros metodológicos para o registro documental, mas “não há uma norma oficial para isso”, portanto cada instituição “adota uma sistemática própria, segundo sua conveniência” (Cândido 2002:40).

Considerando a importância da inserção dos

métodos de escavação no sistema de documentação museológica, a análise dos dados deste trabalho parte de pesquisas arqueológicas realizadas no LEPA/UFSM por coordenadores diferentes, Vitor Hugo e Saul Milder, no sítio Cabeceira do Raimundo, ou seja, na mesma área em momentos distintos, a década de 1980 e a de 1990, respectivamente, e em outro sítio arqueológico, o sítio Santa Clara, na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, por Saul Milder em diferentes momentos; em 2012, ele usou um método diferente de intervenção.

Percebeu-se que a relação estabelecida entre o material coletado e o espaço é evidenciada a partir do sistema de numeração criado por cada um e que, ao transpor essas informações para um sistema documental museológico, faz-se necessário incluir nele a organização metodológica de cada equipe durante as pesquisas de campo, visto que isso reflete a forma de ocupação do espaço em contextos específicos.

Notou-se a utilização efetiva do mesmo método de escavação com abordagens dessemelhantes por Vitor Hugo e por Milder no sítio Cabeceira do Raimundo. Isso evidencia a necessidade de adequação do sistema documental arqueológico para além do que foi mencionado anteriormente por Cândido (2002); deve-se ter em conta as características de cada instituição e as distintas coleções, que dizem respeito não apenas a sítios arqueológicos diferentes, mas também ao mesmo espaço em distintas campanhas¹⁴.

Observou-se também a utilização de métodos de escavação diferentes no sítio Cabeceira do Raimundo (em 1998) e no sítio Santa Clara (em 2012) pelo pesquisador Saul Milder, respaldados nos estudos interpretativos dos sítios arqueológicos e nos esquemas das intervenções realizadas nos trabalhos de campo anteriores, delineando-se distintas ocupações durante as prospecções ou escavações de cada um dos sítios.

¹⁴ Uma campanha é cada um dos períodos em que são realizadas as intervenções de campo no sítio arqueológico ou em um conjunto de sítios. Normalmente, as campanhas são empreendidas em diferentes anos, no entanto não há um intervalo fixo entre elas (Ballardo 2013).

O método arbitrário foi utilizado pelo professor Vitor Hugo em 1985, “mediante níveis artificiais” com corte quadriculado de 2 x 2 m, em área com concentração de material arqueológico. A eleição desse método ocorreu em virtude do objetivo central de recolher “amostras arqueológicas” e examinar a “potencialidade cultural” do sítio. A equipe peneirou toda a terra e coletou o material, que foi “numerado e classificado de acordo com os níveis artificiais de 10 em 10 cm, até alcançar-se a camada estéril” (Oliveira et al. 1992:48).

A figura 1 apresenta escavação realizada no município de Santa Maria/RS, Brasil, no sítio Cabeceira do Raimundo, pela equipe do professor Vitor Hugo da Silva, primeiro coordenador do LEPA/UFSM, utilizando a metodologia descrita.

Os números arábicos foram atribuídos e marcados em todas as peças recolhidas de acordo com o nível onde foram encontradas. Por exemplo, os artefatos coletados no corte de 0-15 cm receberam o número 94, enquanto as amostras retiradas no nível 15-25 cm, o número 58. No sistema documental do laboratório, cada uma dessas designações, que está diretamente relacionada aos níveis artificiais e não especificamente às amostras, recebeu um código de registro geral, com subdivisões numéricas que determinam os fragmentos e artefatos recolhidos dentro dessa camada (Ballardo 2013). Essa perspectiva pode auxiliar os estudos relacionados ao patrimônio arqueológico, na medida em que a análise não inclui apenas os artefatos encontrados,

mas também os lugares onde estavam depositados. Na intervenção de 1998 (figura 2), por Milder e equipe, além das três concentrações exploradas por Vitor Hugo de Oliveira em 1985 através do método arbitrário foi incluída outra área de escavação a partir do mesmo método.

Nessa campanha, os cortes estratigráficos de 5 x 5 m e profundidade de 20 a 25 cm assinalam as intervenções anteriores através da malha composta por cinco quadrículas de 2 x 2 m sobre uma linha de 50 m (Fajardo 2001:31).

A abordagem utilizada pela equipe de Milder traz em sua configuração cortes estratigráficos com áreas maiores, organizados em forma de trincheira. Considerando o nível e as quadrículas, as peças foram marcadas com códigos formados por um numeral arábico e outro romano, relacionados à localização no sítio arqueológico. Embora esse material ainda não estivesse cadastrado no registro documental da instituição, na base de dados, a configuração determinada para o procedimento a partir da análise das informações foi a subdivisão de conjuntos de amostras pertencentes à mesma área e, portanto, com a mesma numeração de campo.

A figura 3 apresenta o processo de escavação no sítio Santa Clara, no município de Quaraí (RS), Brasil, em 2012, em que Milder e equipe empregaram o método estratigráfico com a *open area* como abordagem escolhida.

As demarcações de quadrículas por sistema cardinal denominando dois eixos foram realizadas



Figura 1. Escavação no sítio Cabeceira do Raimundo, Santa Maria, RS, Brasil (Fonte: LEPA/UFSM 1985).



Figura 2. Escavação no sítio Cabeceira do Raimundo, Santa Maria, RS, Brasil (Fonte: LEPA/UFSM 1998).



Figura 3. Escavação no sítio Santa Clara, Quaraí, RS, Brasil, em 2012 (Fonte: LEPA/UFSM 2012).

para a delimitação da extensão do sítio e a localização das áreas escavadas, atribuindo a um eixo números arábicos e ao outro, letras do alfabeto. No entanto, a localização do material foi designada diretamente no sistema documental do laboratório, considerando a localização em três eixos: profundidade, latitude e longitude (Ballardo 2013).

O sistema de numeração empregado está também relacionado com a localização, mas, nesse caso, o artefato é associado diretamente ao ponto determinado pelos três eixos e o número de registro, definido por essa posição segundo as informações e representações gráficas realizadas a partir da intervenção em campo. Isso torna mais

difícil que existam números com desdobramentos ou subdivisões, uma vez que a definição da localização é realizada com maior precisão.

A figura 4 mostra um espelho da base de dados, permitindo a visualização de como as informações concernentes aos métodos de escavação ou prospecção são permeabilizados na documentação museológica, através do subformulário que traz as informações conjuntas do número de registro de campo, relacionando-o ao contexto arqueológico, que servem para gerar um número de registro concernente a um conjunto de peças ou um único artefato que estão relacionados a um mesmo contexto ou através da numeração arqueológica de campo. Essa numeração impacta no número

de registro do subformulário subsequente que traz informações sobre fragmentos ou artefatos e recebem um código que assinala que fazem parte do mesmo conjunto. É importante ressaltar que além das informações contextuais, a numeração final museológica inclui a sigla do sítio e o tipo de material que compõe o artefato.

Os objetivos específicos foram: compreender o impacto da configuração espacial no sítio sobre a documentação do patrimônio arqueológico; identificar os métodos e abordagens aplicadas nas escavações realizadas pelos profissionais do LEPA/UFSM; especificar as relações entre as áreas escavadas, o material recolhido e as convenções

Figura 4. Layout da ficha de registro do Banco de Dados do LEPA/UFSM (Fonte: LEPA/UFSM 2013).

A inclusão dos métodos de escavação através do sistema de número de registro corroborou a documentação do patrimônio arqueológico sob a perspectiva museológica, indo ao encontro das prerrogativas defendidas por Bottallo (1998) de que os aspectos documentais devem atender, de um lado, as características físicas dos artefatos e sítios arqueológicos (endógenas) e, de outro, os aspectos interpretativos ligados à ocupação dos espaços e ao desenvolvimento das relações culturais no contexto arqueológico (exógenos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, que trata da análise de relações entre os métodos de escavação arqueológica e de suas articulações com a documentação no domínio museológico, teve como propósito principal compreender de que maneiras é possível iniciar a gestão das coleções arqueológicas musealizadas a partir de distintas metodologias de campo, utilizando-as para subsidiar a documentação museológica através do estudo de caso das investigações científicas realizadas pela equipe do LEPA/UFSM na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, Brasil, em período específico correspondente aos anos de 2012-2016.

criadas para a organização do sítio arqueológico; e apontar as formas de registro e tratamento de informação dentro do processo de documentação do patrimônio arqueológico.

Esta investigação apoiou-se na abordagem dialética¹⁵ de procedimentos empíricos com a finalidade de aplicação da análise qualitativa, buscando compreender como os métodos de escavação utilizados pelos pesquisadores arqueólogos do LEPA/UFSM auxiliam na contextualização do patrimônio arqueológico investigado. Os códigos de identificação elaborados pela equipe de campo serviram de critérios para o estabelecimento do sistema de numeração da documentação museológica sob responsabilidade profissional do setor de Museologia, encarregado à autora deste estudo, fato que possibilitou

¹⁵ Essa abordagem foi eleita porque, segundo Prodanov e De Freitas (2013), “o método dialético parte da premissa de que, na natureza, tudo se relaciona, transforma-se e há sempre uma contradição inerente a cada fenômeno. Nesse tipo de método, para conhecer determinado fenômeno ou objeto, o pesquisador precisa estudá-lo em todos os seus aspectos, suas relações e conexões, sem tratar o conhecimento como algo rígido, já que tudo no mundo está sempre em constante mudança”.

experimentações diretas com material gerado e os atores envolvidos, mais especificamente nos trabalhos realizados em 2012.

Nesse período, as reuniões sobre as estratégias (anteriores ao trabalho de campo) auxiliaram na definição de parâmetros que atendessem a pesquisa arqueológica e ao trabalho museológico no tratamento e gestão das coleções, incumbindo um dos membros da equipe de campo como intermediadora entre as duas áreas de conhecimento e possibilitando a criação de um único código numérico para o material.

Os códigos de identificação criados pelos arqueólogos foram utilizados pelo setor de Museologia a fim de gerar um sistema numérico para documentação museológica baseada na numeração de campo, cujo número final contém a sigla com iniciais do sítio arqueológico, e a depender do método de campo adotado, se em quadrícula, cada uma delas com seu respectivo número de campo gera um número geral, diferente do número de campo, mas mantendo uma área com esse metadado como referência na ficha de registro. Esse número geral relaciona um conjunto de fragmentos ou um artefato específico a sua localização do sítio, e os elementos encontrados na mesma quadrícula recebem números específicos, após o número central que indica que fazem parte da mesma quadrícula.

No caso da escavação realizada em *open area* a equipe dispunha de uma profissional que demarcou cada peça com sua localização X, Y e Z nos sacos plásticos onde cada amostra foi acondicionada em campo, chegando ao laboratório, cada elemento recebeu a sigla do sítio, o número romano correspondente a tipologia do material e o número individual associado ao campo da ficha de registro documental que contém o metadado relacionado aos três eixos cartesianos que definem a localização da peça no sítio arqueológico.

O setor de Museologia não criou uma fórmula com um formato único em sentido numérico para a documentação de todas as coleções, ao invés disso, analisando as diferenças entre as pesquisas arqueológicas realizadas, levando em conta principalmente as questões metodológicas, considerando, a partir das discussões com a

equipe de pesquisadores e coordenação do espaço, a importância de trazer para o sistema de documentação museológica, as referências contextuais. Isso foi realizado, não a partir de replicação numérica, mas por basear-se no número de campo, em caso de coleções que já estavam depositadas, para criar um número que prioriza-se uma identificação conjunta (de objetos na mesma quadrícula, por exemplo) e individual, como subdivisão de um mesmo conjunto.

Entre as etapas de trabalho desenvolvidas podem ser destacadas a revisão bibliográfica com base nos conceitos-chave tratados no trabalho, a análise das interpretações resultantes das investigações arqueológicas dentro dos sítios arqueológicos pesquisados pelo LEPA/UFSM na região central e na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, e a identificação dos métodos de intervenção e da forma de organização espacial do sítio arqueológico manifestos nas informações de catálogos e outros registros elaborados pelos arqueólogos que pudessem ser usados como base para a elaboração da documentação museológica do patrimônio arqueológico.

Durante os quatro anos de pesquisa dentro do LEPA/UFSM, recorrendo a trabalhos depositados na instituição em momentos anteriores como os de Fajardo (2001) e Oliveira et al. (1992) e desenvolvendo trabalhos em conjunto com pesquisadores como Pes (2013), foi possível compreender o caminho trilhado pelos estudos arqueológicos em seus questionamentos científicos e métodos interpretativos de análise. Os resultados se encaminharam em duas direções: por um lado, os métodos de escavação e os códigos criados relacionados aos níveis e à localização latitudinal e longitudinal contribuem para compreender o espaço em três dimensões; por outro, os registros em catálogos e em trabalhos publicados permitem interpretar a forma de ocupação que os investigadores realizaram nos sítios arqueológicos, o que teve como resultado a elaboração do sistema documental dentro do setor museológico do referido laboratório, baseado nos métodos de trabalho de campo das pesquisas arqueológicas.

A partir da análise dos dados também foi possível identificar que, em termos práticos, os arqueólogos,

enquanto analisam e interpretam o sítio para compreendê-lo, (in)conscientemente realizam registros das ocupações que fazem da área durante o processo de pesquisa em campo. Demarcam passo a passo suas intervenções fazendo uso de relatos em diários de campo, que auxiliaram a reconstituir as sistemáticas que se estabeleceram durante a ocupação da equipe do sítio arqueológico em um período relativamente curto, e de registros de dados relativos a espaços maiores de tempo, como os das campanhas.

Observou-se que os métodos que se aplicam durante o trabalho investigativo de campo podem ser processados pela documentação do patrimônio arqueológico na esfera museológica junto com o registro das coleções de artefatos, possivelmente ligados aos sistemas de numeração museológica da instituição. Isso se faz a partir da análise das informações presentes nos catálogos (ou livros) de registro das coleções, elaborados pelos arqueólogos e relacionados às prospecções e escavações efetuadas, com o auxílio da documentação descritiva. De outro lado, as análises dos dados realizadas em laboratório auxiliaram o setor de Museologia a elaborar, com os pesquisadores, fichas de registros que retratam as informações imprescindíveis para a pesquisa arqueológica através da indexação das informações, dos artefatos e de outros vestígios recolhidos no sítio arqueológico.

Dessa maneira, a possibilidade de incluir os métodos de escavação como fonte de informação da documentação do patrimônio arqueológico no campo museológico foi confirmada, na medida em que os códigos gerados em campo, de acordo com a metodologia de campo, foram utilizados como parâmetros para a elaboração do sistema de numeração da documentação do setor de Museologia do laboratório supracitado e permitiram seu uso pelos próprios pesquisadores nas investigações pós-campo, ao mesmo tempo que os tornou disponíveis a outros cientistas da área.

Um longo caminho foi percorrido no campo da documentação do patrimônio arqueológico na esfera museológica até que se iniciasse a inclusão – e a vinculação com os artefatos removidos em escavações, que já ingressam em instituições

de salvaguarda como coleções– dos sítios arqueológicos como parte dos bens que devem ser registrados, em vez de considerá-lo apenas como um metadado relacionado a origem ou procedência de alguns fragmentos ou objetos retirados em estado íntegro através de uma intervenção.

Apesar disso, ainda há uma grande distância a trilhar até que as atividades profissionais das prospecções e escavações arqueológicas e pós-campo, que culminam em pesquisas acadêmicas divulgadas em comunicações científicas ou defendidas em dissertações e teses, assim como os resultados dessas análises que se configuram na inclusão dos métodos utilizados no trabalho de campo arqueológico, sejam apresentadas na documentação da área da Museologia.

É certo que os estudos museológicos sobre a inserção na documentação do patrimônio arqueológico de outros vestígios como os ecofatos e as amostras de solos, assim como sobre o tratamento do grande quantitativo de material coletado, ainda estão sendo configurados, e que a inclusão de dados relacionados aos métodos de intervenção nos sítios arqueológicos representa um aumento substancial de trabalho. Todavia, grande parte dessas informações já foi elaborada pelos arqueólogos, inclusive em formato gráfico e visual, e pode servir de ajuda no reconhecimento do patrimônio arqueológico não como peças desarticuladas de um quebra-cabeça, mas como peças ordenadas que formam uma imagem coerente em que os artefatos e outros vestígios, o próprio sítio e métodos de escavação (registradas no cotidiano de pesquisa arqueológica) são partes bem encaixadas da composição.

Sem dúvida, ainda há muito a avançar nas pesquisas relacionadas à documentação do patrimônio arqueológico, principalmente no que diz respeito às sistematizações dentro da esfera museológica. Para tanto, compreende-se a necessidade de uma aproximação entre os campos da Arqueologia e da Museologia, o que requer colaboração mais estreita entre os profissionais dessas áreas, compartilhando conhecimentos dos domínios teórico e metodológico. Essa congruência tornaria possível não apenas a preservação, mas também a utilização plena desse patrimônio como fonte de informação.

BIBLIOGRAFIA

- Ballardo, L. O. M. (2013). *Documentação museológica: a elaboração de um sistema documental para acervos arqueológicos e sua aplicação no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFSM*. Dissertação de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- Ballardo, L. O. M. & Mendonça, E. de C. (2018). *Struthioniformes e Paquidermes: Considerações sobre a musealização do patrimônio arqueológico em instituições de salvaguarda*. Trabalho apresentado no 19º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB).
- Ballardo, L. M. & Milder, S. E. S. (2011). Um sistema documental para acervos arqueológicos aplicado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFSM. *Cadernos do LEPAARQ-UFPEL*, (8):27-40.
- Ballardo, L. M. & Milder, S. E. S. (2016). Gestão de sítios arqueológicos através da documentação museológica do acervo. *Cadernos de Memória e Patrimônio*, (1):09-20.
- Balme J. & Paterson, A. (editores) (2006). *Archaeology in Practice: A Student Guide to Archaeological Analyses*. Blackwell Publishing, Australia.
- Batayneh, A. T. (2011). Archaeogeophysics-archaeological prospection - A mini review. *Journal of King Saud University-Science*, 23(1): 83-89.
- Borges, L. C. & Campos, M. D. (2012). Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência. Em *Icomfom Lam 2012: termos e conceitos da museologia: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral*. Organizado por T. Scheiner, M. Granato, M. A. De S. Reis e G. B. Ambrocy, pp. 112-123. MAST, Rio de Janeiro.
- Bottallo, M. (1996). A gestão documental do patrimônio arqueológico e etnográfico. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, (6):287-292.
- Bottallo, M. (1998). As coleções de Arqueologia Pré-Colonial Brasileira do MAE/USP: um exercício de documentação Museológica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, (8):257-268.
- Caldarelli, S. B. & Cândido, M. M. D. (2017). Desafios da Arqueologia Preventiva: como gerir e socializar o imenso volume de materiais e documentos por ela produzidos? *Revista Arqueologia Pública*, n. 2 (11):186-214.
- Camargo-Moro, F. (1986). *Museu: Aquisição/ Documentação*. Tecnologias apropriadas para a preservação de bens culturais. Livraria Eça Editora, Rio de Janeiro.
- Cândido, M. I. (2002). Documentação Museológica. Em *Caderno de diretrizes museológicas*, vol. 1, pp. 33-92. Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, Belo Horizonte.
- Costa, C. (2007). Proposta de instrumento documental museológico complementar para as coleções arqueológicas do MAE-UFBA. *Revista eletrônica Jovem Museologia: estudos sobre museus, Museologia e Patrimônio*, 2(4):4-23.
- Desvallées, A. & Mairesse, F. (Dirs.). (2013). *Conceitos-chave de Museologia*. Tradução Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. Comitê Brasileiro do ICOM, Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo.
- Drewett, P. (1999). *Field archaeology: an introduction*. UCL Press, London.
- Fajardo, F. (2001). *Aspecto da ocupação Pré-colonial Platina: Cabeceira do Raimundo*. Dissertação de Mestrado em Integração Latino-Americana. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- Ferrez, H. D. (1994). Documentação museológica: teoria para uma boa prática. Em *Cadernos de Ensaio: estudos de Museologia*, n. 2, pp. 65-74, Ministério da Cultura/IPHAN, Rio de Janeiro.

- Funari, P. P. A. (2006). *Arqueologia*. Contexto, São Paulo.
- Harris, E. C. (1989). *Principles of archaeological stratigraphy*. Elsevier, Amsterdã.
- ICOMOS (2009). Carta de Lausanne, Carta para a proteção e gestão do património arqueológico, 1990. *Cadernos de SocioMuseologia*, 15(15) pp. 233-242.
- Ladkin, N. (2004). Gestão do Acervo. Em *Como Gerir um Museu: Manual Prático*, BOYLAN, P. J. (coord.), pp. 17-32, ICOM.
- Leal, A. P. da R. (2011). *Musealização da Arqueologia: documentação e gerenciamento no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná*. Monografia de Bacharelado em Museologia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- Leal, C. F. B. (2016). Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos 1960. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 24(1):99-136.
- Lloret, S. G. (2001). *Arqueología: Introducción a la historia material de las sociedades del pasado*. 2ª Edición. Publicaciones de la Universidad de Alicante, Alicante.
- Díaz, B. M. & Fernández, M. A. Q. (2013). Arqueología preventiva. Gestión del patrimonio arqueológico. Em *La materialidad de la historia: la arqueología en los inicios del siglo XXI*. CASTILLO, J. A. Q. (coord.), pp. 143-175.
- Montalvão, A. C. M. R. & Gonçalves, Y.-A. F. (2016). A Gestão do Patrimônio Arqueológico no Âmbito do Licenciamento Ambiental. Trabalho apresentado no 4º *Seminário Preservação de Patrimônio Arqueológico*, Rio de Janeiro.
- Oliveira, V. H. da S., Prade, E. E. & Klein, A. I. (1992). Sítio cerâmico Tupiguarani na bacia do Rio Vacacaí-Mirim, RS. *Biblos*, (4):43-52.
- Padilha, R. C. (2014). Documentação Museológica e Gestão de Acervo. Em *Coleção Estudos Museológicos*. v.2, Florianópolis: FCC, 71 p.
- Pardi, M. L. F. (2002). *Gestão de Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação*. Dissertação de Mestrado, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Pes, J. F. (2013). *Sítio arqueológico Ruínas da Estância Santa Clara: uma unidade doméstica da fronteira oeste/RS*. Dissertação de Mestrado profissionalizante em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- Prodanov, C. C. & De Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2ª Edição. Novo Hamburgo, Feevale.
- Ramos, R. N. (2010). *Gestão, preservação e informação: uma proposta digital para o gerenciamento do acervo arqueológico do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (Lepaarq) da Universidade Federal de Pelotas*. Monografia de Licenciatura em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- Raposo, L., Martins, A. S. & Correia, V. (2000). *Arqueologia: normas de inventário*. 1. ed. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- Renfrew, C. & Bahn, P. (2015). *Archaeology Essentials Theories, Methods and Practice*. 3ª ed. Thames & Hudson: London.
- Roskams, S. (2001). *Excavation*. Cambridge University Press, Cambridge.
- UNESCO. Recomendação de Paris. Paris (França). 19 de novembro de 1968. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201968.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- Wheeler, M. (1981). *Arqueología de Campo*. Fondo de Cultura Económica, México.